Imigração norte-americana, "esperança de civilização"

Tânia Soares da Silva[1]

A escravidão, então sustentáculo do sistema social e econômico brasileiro, ao avançar o século XIX, começou a ser questionada. Com o advento do capitalismo, passou a denotar um entrave para a sua expansão. Nesse sentido, argumentos foram construídos para apontar a incompatibilidade da escravatura com a moral cristã, com a ordem econômica e ainda, conforme defendiam os liberais, com as leis da natureza.

O surto imigrantista no Brasil, principalmente em São Paulo, se deu por essa ocasião, quando se percebeu que o fim do escravismo era líquido e certo. A lei que proibia o tráfico negreiro, embora fosse freqüentemente desobedecida, fez com que a oferta de escravos rareasse, gerando um comércio interno, cujos preços tornaram-se exorbitantes. Além disso, as pressões abolicionistas se faziam sentir; o mundo já havia se rendido à extinção do trabalho escravo, não restando assim outra opção aos defensores da escravidão senão reconhecer o seu fim e buscar alternativas.

Os fazendeiros do Oeste paulista encontraram na imigração européia a solução para a questão. O alto custo da manutenção do trabalho escravo os convenceu da conveniência da mão-de-obra livre. Assim, a convergência de interesses entre os representantes da administração da Província paulista e os fazendeiros fez com que se elaborasse a vinda desses imigrantes por meio da imigração subvencionada. Para a realização desse fim criaram-se organismos facilitadores, como a Associação Auxiliadora da Imigração, em 1871, e posteriormente, em 1886, a Sociedade Promotora da Imigração, com o objetivo de difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo contratos e racionalizando os custos de tal empreitada.

O resultado de tais ações foi a chegada, entre os anos de 1871 e 1886, de aproximadamente 40 mil estrangeiros, em sua maioria italianos. Nos dois anos seguintes, ingressaram no Brasil mais cerca de 122 mil imigrantes. Levando-se em conta todo o período em que esteve na ativa, a Sociedade Promotora da Imigração introduziu cerca de 255 mil imigrantes em São Paulo.

[1] Doutora em História Social pela PUC/SP

Antes da efetiva imigração com esse sentido de oferecer mão-de-obra para a lavoura cafeeira, configuração que ela ganhou nas últimas décadas do século XIX, algumas experiências foram postas em prática. Entre elas, a que alcançou maior projeção foi a experiência do regime de parceria, realizada a princípio pelo senador Nicolau Pereira Campos Vergueiro (1778-1859) em sua propriedade, a fazenda Ibicaba, na região de Limeira em 1847, antevendo a Lei Eusébio de Queiróz, que suspenderia em definitivo o tráfico negreiro. Vergueiro recebeu um empréstimo do governo Imperial que pagaria durante três anos, livre de juros, para efetivar seu projeto de imigração, cobrindo os gastos com a transferência, numa primeira leva, de 64 famílias.

O acordo entre parceiros consistia no financiamento pelos proprietários da viagem e das despesas iniciais do imigrante para estabelecer-se, e os trabalhadores, cuidando de determinado número de pés de café e tendo direito a um pedaço de terra para cultivo de gêneros para sua subsistência, deveriam reembolsar as dívidas contraídas inicialmente num prazo de dois anos; caso não conseguissem cumprir esse prazo, estariam sujeitos ao pagamento de juros. Os trabalhadores eram responsabilizados por todos os gastos dos fazendeiros em seu favor, de modo que todas as despesas na implantação do novo sistema ficariam a cargo do próprio trabalhador imigrante, que portanto, já iniciava sua jornada num novo país endividado.

O aparente sucesso do empreendimento de Vergueiro suscitou o interesse de outros fazendeiros, que também adotaram o sistema, fazendo algumas adaptações e aperfeiçoamentos, que, no entanto, nunca traziam vantagens aos trabalhadores. Por volta de 1855, havia na Província de São Paulo aproximadamente 3.500 trabalhadores em trinta fazendas.

A escolha do sistema de parceria como solução para o problema da mão de obra no país pode ser explicada por sua própria lógica. Os proprietários entendiam que esse sistema seria muito vantajoso para eles, uma vez que os trabalhadores, sem saber ao certo o seu rendimento, se viam estimulados a dedicarem-se mais ao trabalho a fim de receberem mais, afinal, sua renda dependia do montante produzido. Conseqüentemente, entendia-se que, além de aumentar a produção, esse empreendimento demandaria menos trabalhadores, e o investimento inicial necessário ao empreendimento seria muito menor.

O referido sistema ainda apresentava outra vantagem: os parceiros deveriam ter acesso a uma pequena roça para sua subsistência, o que fazia com que as despesas com o empreendimento fossem ainda menores, já que os proprietários não precisariam custear a alimentação dos trabalhadores. Por fim, entendia-se que com a parceria corriam-se menos riscos que com o trabalho assalariado, pois, em face das incertezas do mercado cafeeiro e suas oscilações, afastava o perigo de os proprietários terem de gastar com o pagamento de mão-de-obra independentemente da lucratividade que tivessem.

No entanto, tal ensaio da utilização da mão-de-obra livre, composta nesse primeiro momento por colonos alemães e suíços, não teve o êxito esperado, por diversas razões, sobretudo o conflito de interesses entre colonos e proprietários. Muitos indicaram a má qualidade do trabalhador como fator principal do fracasso, mas, como se sabe, o insucesso da experiência se deveu a uma série de questões, envolvendo o desagrado das duas partes envolvidas, colonos e proprietários. Ademais, a própria estrutura exigida pela produção cafeeira inviabilizava o funcionamento do projeto.

As dificuldades do sistema adotado por Vergueiro acabaram por fortalecer a resistência à iniciativa por parte daqueles que entendiam a instituição escravista como única saída para a questão do trabalho. O projeto imigrantista enfraqueceu devido à má fama que o Brasil ganhou na Europa, dificultando o recrutamento de pessoas dispostas a emigrar.

Aqueles imigrantes que já se encontravam aqui tentavam buscar outras paragens fora do Brasil, levando os interessados nos negócios da imigração a exigir que o governo tomasse as devidas providências para evitar que os esforços na implementação do trabalho livre fossem anulados.

Outros achavam que o governo deveria criar mecanismos, utilizando inclusive a lei, para obrigar a população nacional a superar a "aversão" ao trabalho, como se acreditava. Entendiam que o Brasil possuía naturalmente tudo o que era necessário para o seu progresso e riqueza, mas o que o atravancava era a sua população sem interesse pelo trabalho.

Todavia, aqueles que acreditavam na solução imigrantista não esmoreceram com o malogro daquela experiência. Para o Conselheiro Paula Souza, a imigração resolveria uma série de questões, como o necessário povoamento do território brasileiro, então caracterizado por uma má distribuição do contingente populacional. Idéia que não era

nova, pois desde os tempos da família real para o Brasil, sob a administração de D. João VI, estimulava-se a imigração acreditando-se que poderia resolver algumas questões econômicas, mas principalmente de ordem demográfica, moral e militar na defesa do território e suas fronteiras.

Ministro Paula Souza e seu projeto

Antonio Francisco de Paula Souza (1819-1866) pertencia aos quadros da elite paulista. Seu pai Antonio Francisco de Paula Souza e Mello (1791-1851) fora Senador Imperial da Província. Era casado com Maria Raphaela Paes Barros filha, de Antonio Paes de Barros, primeiro Barão de Piracicaba. Em seu histórico familiar destacam-se muitos nomes que congregavam prestígio riqueza e poder[2].

Paula Souza estudou medicina na Bélgica, mas destacou-se como político. Foi deputado provincial, deputado geral e ministro da Agricultura no Ministério Olinda, de 1864 a 1866, período em que pode tentar colocar em prática, mais que um projeto de superação da escravidão e implementação do trabalho livre, mas um projeto para o país.

Desse modo, o Conselheiro Dr. Paula Souza pretendia, em seu projeto de imigração, estimular a vinda de estrangeiros que se tornassem pequenos proprietários. Sua intenção era trazer um povo industrioso, que valorizasse o trabalho e, mediante essas qualidades, características do ideal liberal, garantisse não só o seu próprio enriquecimento, mas também o do país que o teria acolhido e lhe dado a chance de crescer.

Assim, o Conselheiro entendia, para que isso efetivamente fosse alcançado, a imigração deveria ser espontânea, pois assim garantiria a chegada de estrangeiros interessados em desenvolver o lugar em que iriam morar e aplicar seu pecúlio. Acreditava que o sucesso desses pequenos empreendedores poderia atrair outros que, sem capital, trabalhariam nas fazendas de café, substituindo a mão-de-obra escrava, até

[2] Seu filho homônimo Antonio Francisco de Paula Souza, participou ativamente do movimento republicano, fora deputado e ministro no governo de Floriano Peixoto, era engenheiro e é reconhecido como idealizador da Escola Politécnica de São Paulo, e seu neto Geraldo Horácio de Paula Souza da Faculdade de Saúde Pública, o antigo Instituto de Hygiene, confirmando a influência de sua postura liberal transmitida para as gerações futuras. Caso que pode ser exemplar para identificar a prática de "reconversão" da elite paulista tomando sempre parte nos quadros do poder. Ver, Silva, Tânia Soares. Paula Souza, "Arauto da modernidade". Um estudo da elite paulista (1843-1917). Tese de Doutorado, PUC/SP, 2009.

conseguirem acumular um montante suficiente que lhes permitisse adquirir suas próprias terras. Assim se resolveria o problema dos braços para a lavoura cafeeira e ainda se encaminharia o país rumo ao progresso e civilização.

Por isso, o agente do ministro Paula Souza, imbuído dos preceitos liberais, do individualismo e da livre iniciativa, dizia ser fundamental para o sucesso do projeto que a imigração acontecesse espontaneamente:

> Aquillo que deve fazer o governo em minha fraca opinião é proporcionarmos ocupação aos emigrantes, pois isso bastará para fazel-os affluir para o Brazil.
> Mas os meios de empregar para esse fim devem ser muito indirectos e direi mesmo sistematicamente indirectos.
> Pois se o colono se persuadir que o governo toma-o no collo, adeos iniciativa individual, único meio seguro de sucesso na vida do homem.[3]

Assim, o povo que mais se enquadrava nesses princípios era o norte americano, cujo feito, supunha-se havia proporcionado o caminho do crescimento dos Estados Unidos. Dessa maneira, ele idealizou preferencialmente a vinda do imigrante norte-americano:

> [...] povo de que mais nos convém, visto que elle é muito industrioso como prova o rápido augmento da Norte-América [...] amante do trabalho, Ella produzirá preciza e necessariamente muito bons fructos; estará acima de qualquer outra que tenhamos tido em geral em todo o Brazil.[4]

A realização do projeto iniciou-se com o estabelecimento de uma relação entre emissários brasileiros e norte-americanos, também interessados nos assuntos da imigração. Da parte de lá, foram criadas sociedades como a *Southern Colonization Society* e a *Florida Emigration Society*, com o intuito de coordenar as emigrações e o estabelecimento de comunidades em seus destinos. Com essa intenção, enviavam agentes a fim de verificarem as reais condições do estabelecimento de colônias, a partir de dados econômicos, agrícolas, culturais, e a possibilidade de negociação com os líderes políticos de incentivos para a imigração.

---

[3] Carta de Luiz Werneck. Genebra, 05/10/1865. Arquivo Paula Souza, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. (destaques nossos).

[4] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por Antônio José Maria Pego Junior. Vapor Magé, 26/12/1865. Arquivo Paula Souza – PS865.12.26/3, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

Do lado brasileiro, também foram criadas associações imigrantistas e enviados representantes aos Estados Unidos, principalmente, e à Suíça, tendo como escopo estimular o interesse pela mudança de terra, apresentando as vantagens da política imperial para os emigrados. Tais associações elaboravam panfletos, cartilhas, livros e guias com a finalidade de divulgar informações sobre o Brasil.

Conhecido como "padrinho" da imigração o Conselheiro Paula Souza era solicitado para, por meio de sua administração, ajudar na edição de livros, como o fez Guilherme Scully (editor de um jornal de língua inglesa na Corte, o *Anglo Brazilian Times*, e também diretor por um tempo da *Sociedade Internacional de Imigração)* para o seu "Guia do Brazil", que seria distribuído na Inglaterra, Irlanda, Escócia e Estados Unidos. O conteúdo tratava da descrição de cada Província, detalhamento do clima, terreno, agricultura, vias de comunicação, por terra, mar e rios, exportação, importação, costumes, educação, enfim, "um perfeito guia que se há de tornar indispensável para atrair quem tiver algum interesse no país".[5]

A divulgação desses dados da terra, do povo e do governo tinha o propósito de atingir os interessados de tal modo que viessem espontaneamente, maneira entendida fundamental para que os objetivos em prol do desenvolvimento e enriquecimento econômico e moral do país fossem realmente alcançados.

Financiava-se o transporte, alimentação, guias, intérpretes e determinadas somas eram oferecidas para que os agentes pudessem viajar pelas terras brasileiras, a fim de verificar onde e como poderiam estabelecer-se:

> O Wood ao chegar aqui hoje [...] resolveu fixar-se definitivamente aqui e já marcou a olho o território que os americanos querem ocupar, inclusive o lugar para os assuntos da cidade que pretende seja fundada.[6]

São diversas as missivas que tratam das explorações do território brasileiro, em especial o paulista pelo general Wood, como a do primo do Conselheiro, Bernardo Avelino Gavião Peixoto:

> Primo Paula Souza [...] as noticias que me vem do interior á respeito do Wood são excellentes!! O homem vae contentíssimo

[5] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por Guilherme Scully. Rio de Janeiro, 17/10/1865. Arquivo Paula Souza – PS865.10.17, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

[6] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por João da Silva Carrão (o Conselheiro Carrão)s/d. Arquivo Paula Souza – PS865.?08?, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

> e ao que parece no firme propósito de não sair de São Paulo. [...] também reconhece a superioridade de nossa Província e encontra-se aqui todas as condições que precisam para os seus patrícios. Deus os traga á todos e muito logo. É opinião geral que com sua consignação no ministério S. Paulo terá immigração importante. E por ainda com sacrifício, não nos prive d'este immenso e incalculável benefício.[7]

Explorador das benesses que o Governo Imperial oferecia e do potencial das suas terras, o General William Wallace Wood, no ano de 1865, buscou introduzir em território brasileiro mais de 600 fazendeiros dos estados de Mississippi e Louisiana. Afirma-se que sua presença no Brasil deixou a desejar, bem como que, após aproveitar-se do interesse brasileiro pelos negócios da imigração, nunca mais retornou ao país, nem o Brasil ouviu mais notícias suas. A viagem teria servido apenas para seus divertimentos. Em carta enviada por um norte-americano que vivia no Brasil, o Conselheiro foi alertado:

> Tem aparecido ultimamente muitos artigos nos jornaes da Côrte sobre a Emigração "Norte Americana" e hoje se encontra muitos "representantes" por si constituídos de hum numero de gente que é realmente fabuloso e absurdo, que Emigrão para o Brazil.
> Snr. Ministro, tenho razão bem fundada de supor que toda essa fanfosarrada [sic] não passa de especulação de alguns interessados que queirão especular sobre a credulidade dos brasileiros e desejo que V. Excia. fica prevenida de antemão.
> Sou americano residente neste paiz há 20 annos, tenho sido muito feliz em granjear a simpatia de todos e sou muito grato.
> Desejo que as relações entre Brazil e América do Norte sejão das mais intimas porem não quero que o povo americano sejão mal juizado por imprudência dos "Especuladores".
> Tomo a liberdade de recomendar a V. Excia. Que exigir desses estrangeiros Documentos Certificados e Verificações. Essa precaução não custa nada e para o futuro V. Excia. há de agradecer [...][8]

Chegou-se a noticiar que também teria enganado norte-americanos interessados em emigrar tomando-lhes o dinheiro a ele confiado para intermediar a compra de terras no Brasil.

---

[7] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por Bernardo Avelino Gavião Peixoto. São Paulo, 04/04/1865. Arquivo Paula Souza , Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

[8] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por D. W. Clinton Van Trempl. Rio de Janeiro, 11/10/1865. Arquivo Paula Souza – PS865.10.11, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. (grifo original).

Também investigou a região paulista na mesma época o Dr. James Macfadden Gaston (médico aristocrata de Colúmbia), representando famílias da região da Carolina do Sul. Munido de carta de recomendação do ministro, seguiu rumo ao interior de São Paulo e também para outras regiões do país.

Os familiares do ministro Paula Souza, privilegiados pela relação com o governo mediante seu parente, organizavam incursões dos agentes imigrantistas norte-americanos na Província paulista, em terras de seu interesse, geralmente suas propriedades e de seus apaniguados, dando a impressão de que a gestão do ministro canalizava para a sua região seu projeto de civilização:

> Não posso escusar-me de fazer-te minhas queixas por ter-se esquecido da Bahia em se tratando da colonização americana.
> Não seja bairrista, veja que nós aqui também oferecemos aos colonos americanos magníficos terrenos em lugares apropriados e já tem navegação a vapor.
> Mande-me para cá alguns desses americanos, que facilitaria sem o menor dispêndio para ele, o com hecimento dos melhores lugares da província, dar-lhes-hei vantagens quem também nos atraia para nós.[9]

Em outra missiva, seu primo também alertava: "não sejas Caipira Paulista nesta questão de imigração". Dessa forma, advertia Paula Souza da existência de outras regiões além de São Paulo com terras tão boas como as de Campinas.

Segundo narrativa dos próprios agentes, disputava-se no Brasil o privilégio de recebê-los: "Bailes, festas, serenatas eram nossos companheiros de todas as noites. Estivéssemos no campo ou na cidade havia sempre, e invariavelmente, uma grande cena de vida, amor e amizade, sedutoras", contou o general Wood.

Todavia, não foi somente em São Paulo que se deu o empreendimento colonizador. Comunidades imigrantes se estabeleceram também no Paraná, no Amazonas, no Rio de Janeiro, conforme relatos das correspondências do ministro avisando sobre o envio de recursos para essas regiões.

Muitas são as cartas enviadas ao ministro por Tavares Bastos, um dos diretores da Sociedade Internacional de Imigração, fundada em janeiro de 1866, no intuito de conseguir auxílios prometidos pelo Governo do Império para a execução do projeto de imigração norte-americana. Nessas missivas, faz referência às regiões acima citadas:

[9] Carta ao Conselheiro Paula Souza, remetida por Manuel Pinto de Souza Dantas, do Gabinete da presidência da Bahia. 3/11/1865. Arquivo Paula Souza – PS865.?11.03, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. (grifo original).

> Em nome dos meos collegas, membros da Sociedade Internacional de Immigração venho rogar a V. Excia, para os immigrantes norte-americanos, mencionados na lista inclusa, os seguintes obséquios:
>
> 1.º passsagem do governo nos vapores da comp.ª intermediária para os que vão indicados na lista junta
>
> 2.º recomendação de V. Excia. Para o pres. Do Paraná, ou antes para as autoridades de Paranaguá, e as de Santa Catarina.
>
> 3.º passagem na estrada de ferro e na "União e Industria" para os que queiram ir ver Minas.
>
> Esses homens são recomendados pelo Snr. Sá e Albuquerque, dos quaes foram companheiros de viagem pelo ultimo paquete americano.
>
> Esperando de V. Excia a sua costumada benevolência, assigno-me com muito respeito.
>
> [...]
>
> PS. Esses homens são precursores; outros virão atraz; não são proletários; foram proprietários.[10]

Aliás, o liberal Aureliano Candido Tavares Bastos (1839-1875), representante da província de Alagoas, era um dos mais fervorosos e entusiastas do movimento imigrantista e "americanista", defendendo a subvenção do governo nesse sentido. Foi ele quem propôs a criação de uma linha de paquetes para realizar o serviço de correio transatlântico entre o Brasil e os Estados Unidos, sugestão que o Conselheiro Paula Souza prontamente atendeu.

Tavares Bastos chamava a atenção para outras regiões do país, no Norte – sobretudo em Pernambuco e na sua Província, Alagoas – e no Amazonas, com potencial para a recepção de imigrantes. Segundo ele, o Amazonas tratava-se de região que, além de salubre, "é no Brasil o verdadeiro país do algodão", produzido com base no trabalho livre e assalariado. Organizou inclusive um tratado a fim de promover a imigração para aquela região, chegando a publicar uma obra específica, resultante de viagem de pesquisa que empreendera. Um trecho de uma carta que enviou ao Conselheiro Paula Souza oferece uma idéia da dimensão de seus pensamentos e projetos:

> Si auguma parte do Brazil merecesse preferência na emigração norte-americana, seria indubitavelmente o Amazonas.
>
> A falsidade das informações derramadas no mundo sobre a salubridade d'aquelle paiz o prejudica-o extremamente no interesse de attrahir emigrantes da raça saxônica.
>
> [...]

[10] Carta enviada ao Conselheiro por Tavares Bastos. 03/03/1866. Arquivo Paula Souza – PS 866.03.03. Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

> A rapidez de communicações directas a vapor com o paiz de sua procedência e a vantagem especial da navegação a vela no rio para barcas de qualquer dimensões constutiem vantagens consideráveis para o emigrante norte-americano no Amazonas.
> Cumpre, porém, abandonar qualquer tentativa de emigração isolada; o que convém é que muitas famílias, um número de 100 pessoas pelo menos, emigrem simultaneamente e se estabeleçam, na intenção resoluta de cultivarem a terra.
> Um estabelecimento nessas condições, com um sacerdote e um professor, prosperará necessariamente.[11]

Contudo, efetivamente, as mais importantes e significativas levas de imigrantes se destinaram mesmo para São Paulo, talvez não só em razão de concentrar a produção cafeeira, mas também pelo grande empenho do ministro, de seus conterrâneos políticos, de seus parentes, dos proprietários de terras e dos membros da Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo, fundada em novembro de 1865 – como Antonio da Silva Prado (Barão de Iguape), Bernardo Avelino Gavião Peixoto, João da Silva Carrão, Fidêncio Nepomuceno Prates, Joaquim José dos Santos Silva (Barão de Itapetininga), Antonio Manoel de Freitas (Barão do Rio Claro), Francisco Antonio de Souza Queirós, João Manuel da Silva (Barão do Tietê), João da Silva Machado (Barão de Antonina), Martinho da Silva Prado, Luiz Antonio de Souza Barros, entre outros.

Os lucros que se pretendia obter com a venda de propriedades aos imigrantes eram exorbitantes, o que significava que a imigração também era um bom negócio. Ademais envolvia ainda a possibilidade da abertura de um canal de comunicação com aqueles interessados na exportação de mercadorias, sobretudo do algodão, produto considerado privilegiado entre os americanos, acostumados a produzi-los na sua terra de origem. Assim, donos de casas de exportação em Santos, entre as quais Souza Queiroz & Vergueiro e Martinho Prado & Wright, apoiavam a imigração por anteverem os negócios que poderiam estabelecer com os estrangeiros, entre outros fatores.

Quanto à produção de algodão se chegou a estabelecer uma verdadeira campanha para estimulá-la, já que se entendia a referida cultura como um meio para se tomar parte no capitalismo internacional. A matéria-prima era fornecida à indústria têxtil da Inglaterra e nos Estados Unidos, preenchendo parte da lacuna deixada pelos produtores sulistas daquele país, destroçado depois da guerra. O inglês John James Albertin, superintendente da São Paulo Railway entre os anos de 1861 e 1869, escrevia

[11] Carta enviada ao Conselheiro por Tavares Bastos. 15/12/1865 (a bordo do transporte "Oyapochi"). Arquivo Paula Souza – PS 865.12.15/1. Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

ao Conselheiro explicando as vantagens de se incentivar a cultura algodoeira no Brasil, indicando inclusive a possibilidade de se aproveitar a mão-de-obra especializada norte-americana que estava chegando ao país, especialmente a província paulista.

O interesse pela cultura do algodão também abriria um canal para a revenda de maquinário e instrumentos de agricultura e incentivaria a ampliação da rede ferroviária, objeto de interesse de investidores ingleses. Aliás, tal ampliação também importava a J. J. Albertin, que empreendeu viagem ao interior a fim de mapear as condições para encaminhar imigrantes e, por essa ocasião, reafirmou a necessidade do estabelecimento de linhas férreas.

Considerava-se interessante que viessem para o Brasil principalmente indivíduos que tivessem algum pecúlio e não fossem proletários, como fica evidente no "post-scriptum" da carta de Tavares Bastos. No entanto, ainda que não o tivessem, se considerava sua vinda vantajosa para o país apenas por sua presença em quaisquer atividade que fosse, pois, com sua característica de "povo laborioso", poderiam influenciar a população nacional e impulsionar o desenvolvimento do país:

> A raça anglo-americana não tem rival no mundo...Eminentemente industriosa empreendedora e perseverante imprimirá em nosso paiz notável impulso. Nem é possível calcular o rápido progresso que terá o paiz, se essa raça vier aproveitar os seus recursos naturaes.[12]

Desse modo, muitos imigrantes, principalmente norte-americanos ingressaram no país, como parte do projeto de civilização empreendido pelo governo. A aprovação desse projeto de imigração em específico não era unanimidade entre os grandes proprietários de terra. A proposta foi aceita principalmente entre os paulistas e aqueles que já possuíam uma diversificação nos negócios, que não viam como ameaça à sua propriedade a vinda de proprietários; ao contrário, entendiam que sua presença, como já exposto, ampliaria ainda mais as possibilidades de negócios e lucros.

Os que se posicionavam contrários criticavam o governo e suas promessas de facilidades, que incluíam mudanças na legislação, abordando questões relativas à naturalização, religião, direitos políticos:

[12] Diário de São Paulo. São Paulo: Globo, 26/09/1865, p. 1.

> [...] o ex ministro da Agricultura Paula Souza, favoreceu imediatamente essa indústria escrevendo ao "ilustre" celebre general Wood uma carta humilhante para nossa raça e desoladora para nossas instituições políticas. E para cumulo de tão desastroso plano administrativo chegou a acenar, senão a prometer aos nossos "futuros" hóspedes a "reforma" da Constituição para a nivelação de nossa sacrossanta religião com essas seitas acatólicas que são deletérias de todos os bons princípios.[13]

Assim, se por um lado entendia-se que a religião protestante e a cultura anglo-americana eram fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico e político desses países, como assinalara Tocqueville e acreditava o ministro Paula Souza, por outro os conservadores as viam como ameaças ao costume religioso católico brasileiro, acusando seus entusiastas de especuladores e pouco preocupados com a "tradição" e os "bons costumes".

Subliminarmente, pode-se entender também nessa crítica ao Gabinete Liberal do ministro Paula Souza uma oposição à configuração desse projeto de imigração, pois a vinda de pequenos proprietários significava uma ameaça aos grandes proprietários, cujas terras muitas vezes eram incultas. Assim, estes viam nas propostas liberais um prenúncio de "reforma agrária", idéia que se fortalecia considerando-se o projeto encaminhado por Tavares Bastos que previa confiscar tais propriedades para a criação de colônias de imigrantes norte-americanos, além de outras propostas que pretendiam criar impostos incidentes exclusivamente sobre propriedades não produtivas.

Esses críticos aceitavam e acreditavam na imigração como a solução para o problema da mão-de-obra, mas tal projeto imigrantista, segundo sua visão, não resolveria a questão da falta de braços para a lavoura, uma vez que incentivava a imigração de pequenos proprietários. Destarte, a imigração seguindo o modelo de colônia era hostilizada "em nome dos interesses da grande lavoura cafeeira". Argumentava-se ainda que, com a formação de colônias, se abriria um canal de concorrência na canalização de braços para a grande lavoura, que segundo entendiam esses críticos, deveria ser tratada com prioridade.

A vinda de imigrantes trabalhadores diretamente para as fazendas se deu somente décadas mais tarde, quando levas de europeus, em sua maioria italianos,

[13] Diário de São Paulo. São Paulo: Globo, 26/09/1865, p. 1.

vieram abastecer as zonas cafeeiras de São Paulo, época em que a experiência fracassada das colônias serviu de argumento para a concretização desse novo projeto de imigração. Contudo, o sistema de colônia foi colocado em prática e acabou promovendo a ocupação de algumas cidades do interior paulista, entre as quais Americana, originada da "Vila dos Americanos", pertencente à Comarca de Campinas, e sua vizinha Santa Bárbara d'Oeste.

Esses núcleos coloniais de norte-americanos em São Paulo teriam atraído as famílias que, quando da chegada ao Brasil, haviam se instalado em outras regiões do país. Sem alcançar êxito nessas outras localidades, ao receberem notícias da prosperidade da região de seus concidadãos (que, em sua maioria dedicavam-se à cultura e ao beneficiamento do algodão) e do seu intenso comércio (propiciado pela facilidade de comunicação que a instalação das estradas de ferro da Companhia Paulista proporcionara), decidiram seguir rumo a essas colônias. O problema da comunicação inclusive era apontado como razão do fracasso sistemático das colônias.

O interesse dessa população norte-americana em emigrar teria advindo da desestruturação econômica e social dos Estados Unidos em conseqüência da Guerra de Secessão (1861-5) – a maioria dos que vieram para São Paulo era originária da região Sul dos Estados Unidos -, aliada à vontade de conquistar novos territórios, a exemplo de seus ancestrais pioneiros, bem como a influência do "Manifest Destiny":

> A perspectiva de uma vida melhor, numa sociedade onde lhes fosse permitido agir segundo seus próprios padrões de liberdade e democracia, onde pudessem mesmo recriar seu modo de vidam proporcionando a muitos a realização de ideais planejados desde os antepassados europeus e conservados graças à criação de mitos, era sem dúvida, forte motivo para que emigrassem. Desconheciam, entretanto, que ainda agora agiam sob influencia de idêntica realização: à procura de um solo que pudessem colonizar, reproduziam o movimento que dois séculos e meio antes, os levara para a América.[14]

Mas, se do lado brasileiro, com inspiração nas idéias liberais, se imaginava que a cultura desse povo traria seus valores para o país, do outro lado os emigrados buscavam o contrário, pois tinham como motivação a possibilidade de inserção numa economia e cultura escravocratas com base agrária, semelhantes àquelas a que estavam habituados antes da guerra civil. Abertamente procuravam reconstituir o que haviam perdido com a

[14] OLIVEIRA, Ana Maria Costa de. *O Destino (não) manifesto*: os imigrantes norte-americanos no Brasil. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995, p. 96-7.

política de reorganização e reconstrução de seu país de origem, liderada pelos vencedores do norte. Nesse sentido, partir para outras partes era também ato de rebeldia contra o poder dos "ianques", acompanhado de outros fatores de ordem subjetiva, como o temor dos negros libertos que se aglomeravam nas cidades, despertando o terror dos brancos, que acreditavam serem alvos de uma possível rebelião.

Entre todos os fatores que despertaram o interesse em emigrar dos Estados Unidos, o que se pode considerar decisivo, foi a possibilidade de se tornarem proprietários. O governo brasileiro, representado pelo ministério da Agricultura, cujo Assento pertencia à Paula Souza, oferecia o título provisório das terras, prazo para pagamento dos lotes a preços acessíveis, medição e demarcação das terras oferecidas pelo Estado, isenção de tributos para implementos agrícolas ou máquinas que trouxessem consigo, hospedagem por conta do governo imperial quando aqui chegassem, e em alguns casos, o pagamento ou adiantamento das suas passagens para cá medição e demarcação, isenção de impostos para implementos agrícolas, manufaturas e máquinas, além de hospedagem por conta do governo, quando da chegada e parcelamento do valor das passagens. Tamanha as facilidades dadas pelo governo que entre as primeiras levas que vieram tinham muitos aventureiros, vagabundos e inadaptados ao trabalho agrícola, conforme relato do Ministério da Agricultura:

> Resulta dahi que poucos se animam a buscar aquelle porto para seguir viagem em demanda do Brasil; e por muito forte que seja o seu pendor para este paiz, adiam ou renunciam a Idea de mudança
> O facto confirmou esta verdade. Dos immigrantes que aqui chegaram a bordo dos paquetes daquella companhia, poucos eram do sul: a maioria compoz-se de forasteiros recém-chegados ao norte, ou de indivíduos destituídos absolutamente de propensão para os hábitos ruraes. Não era, por certo, a esta immigração mais útil ao paíz.[15]

Embora lhe fosse conveniente, o ministro Paula Souza não deixou de comentar o desinteresse dos Estados Unidos em proteger seu progresso criando estratégias para que seu povo lá permanecesse, e não o contrário, como foi feito, praticamente expulsando-

[15] Relatório dos Ministérios – Ministério da Agricultura, ano 1867, p. 38.

os. Seu comentário revela o quanto estava certo da superioridade do povo norte-americano:

> Estamos como na época da revogação do Édito de Nantes em que a astuta caducidade de Luis 14 lançou fora da França sua melhor energia capital e industrial: o Sul vencido, mas não convencido não quer passar pelas forças do Norte e prefere espatriar-se: o General Wood que amanham para São Paulo representa de 50 aa 60 mil pessoas, que queiram já vir: o General Beauregard virá com eles, e todos trazem seos capitais, menos os escravos, que nossa legislação não permite, vamos pois ter rapidamente e inesperadamente um influxo immenso de energia, industria e moralidade, e meo nome se ligará talvez à mais bella pagina de nossa história, se a isso juntar outras reformas que tenho quase promtas morrerei tranqüilo porque fiz o meo dever[16]

Tavares Bastos também comentou o episódio com positividade, pois, assim como a Holanda, a Alemanha e a Inglaterra, que tiraram proveito da revogação do Édito de Nantes, o Brasil deveria atrair, como o fez o ministro Paula Souza, aqueles cuja situação após a guerra civil era odiosa. "Como estes países europeus, nós daremos abrigo a homens industriosos, que comunicarão ao nosso povo as suas artes, a sua perícia e a sua atividade".[17]

Nos Estados Unidos, o que ocorria era um desinteresse dos vencedores do norte em manter em seu território aquele povo apegado aos valores aristocráticos e escravocratas que pretendiam suplantar. A emigração desse povo apresentou-se como solução providencial, apesar das tentativas de políticas de conciliação, partidas inclusive das lideranças sulistas. O próprio General Lee, herói do Sul, expressou sua opinião favorável à permanência do povo, atribuindo-lhe importância na reconstrução do território e das vidas devastadas pela guerra, mas também explicitou o papel que deveriam assumir nos rumos das novas políticas, tornando-se cidadãos atuantes na nova ordem imposta ao país.[18]

---

[16] Carta a filho Antônio. 09/10/1865. Arquivo Paula Souza – OS 865.10.09/3PS, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

[17] TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (a), p. 212-6.

[18] LEE, Robert E. "Recollections and Lettter of General Robert E. Lee". New York: Garden City, 1926, p. 162. Apud: HARTER, Eugene C.

Enfim, ainda que com interesses diversos, a imigração apresentou-se como ponto em comum dos dois lados, tanto dos que tinham interesse em emigrar, quanto dos que tinham interesse em receber emigrados, e ainda favoreceu as pretensões internas dos vencedores da guerra civil norte-americana.

Em suma, o modelo defendido e preconizado pelo então ministro Paula Souza centrava-se não apenas nas necessidades emergentes do país, mas também, e principalmente na resolução a longo prazo de preocupações de ordem social e cultural. Segundo seu entendimento, o futuro brasileiro dependia das "raças" incorporadas, da natureza e civilização que o influenciariam. A imigração representava, então, para os que a defendiam nesses moldes, a oportunidade de colocar o Brasil no encalço dos "povos adiantados." Era a esperança de civilização, que deveria vir acompanhada de reformas de cunho político-institucional, colocando em xeque a centralização monárquica em favor do federalismo. Idéia defendida pela próxima geração dos Paula Souza.